

POLÍTICA



MACÁRIO BATISTA

POLÍTICA

Parada federal

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) recomendaram a adoção de uma série de medidas para distribuição de cestas básicas fornecidas pelo Governo Federal a comunidades quilombolas, povos de terreiros, ciganos, pescadores e marisqueiros em situação de vulnerabilidade durante a pandemia da covid-19 no Ceará. As recomendações foram enviadas à Secretaria Nacional de Políticas da Igualdade Racial, à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), à Fundação Cultural Palmares e ao Governo do Estado do Ceará. O documento sugere a organização de processos de logística a serem cumpridos por cada uma das entidades para distribuição das cestas de alimentos. As medidas incluem ajustes na composição das cestas, organização de serviços de transporte para disponibilização dos estoques, indicação dos responsáveis pelo recebimento dos alimentos e possíveis beneficiários. Os MPs ainda recomendam ao Governo do Ceará a realização de teste de estresse molecular para covid-19 dos povos tradicionais e a garantia de atendimento médico nas próprias localidades onde estão inseridas as comunidades. Também é recomendada a divulgação de relatórios de situação epidemiológica da doença por bairros e localidades, com a inclusão específica dessas comunidades tradicionais, além da implementação de barreiras de isolamento social e campanhas educativas. A recomendação foi enviada para que as medidas sejam adotadas nos municípios de Aquinaz, Baturité, Barreira, Caucaia, Fortaleza, Eusebio, Horizonte, Itaitinga, Pindoretama, Ocara Pacajus, Pacoti e Redenção.

Frase: "O justo meio está na igual possibilidade dos extremos". Isso é puro chinês.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Dilema da volta. Meses depois do início da pandemia no Brasil, pais e alunos se perguntam se é hora de voltar às escolas. Reportagens mostram como o processo de retomada das aulas presenciais deve ser feito com cautela e quais as adaptações necessárias para que os centros educacionais reabram os seus portões — carteiras distantes e cantinas fechadas, por exemplo. Mesmo com os protocolos de segurança, muitos pais temem o contágio dos filhos na volta e preferem esperar. Para os especialistas, o melhor é que as escolas deem condições para que essa escolha entre aula presencial ou virtual possa ser feita enquanto a pandemia ainda oferecer risco.

De volta?

Conversas dos bastidores dão conta de que o deputado Zezinho Albuquerque, Secretário das Cidades, estaria pensando em voltar à Assembleia.

Se for assim...

Zezinho Albuquerque voltando, tira Lucilvino Girão da Assembleia, primeiro suplente. E distancia Duquinha, que hoje é segundo suplente, no cargo, em lugar de Tin Gomes

Aliás...

A mesa da Assembleia para os próximos dois anos, terá de ser toda renovada. Não pode haver reeleição, a não ser para presidente. Os corredores da casa estão

em fogo.

Saneamento

Cidades há que já sofrem pouco com a falta de saneamento básico. Quando saiu da Prefeitura de Sobral, Veveu Arruda deixou 80% prontos. Cabe a Ivo, se reeleito, terminar os 20% que faltam.

Pró-criança

A primeira-dama de Fortaleza, Carol Bezerra, participou do curso on-line "Vigilância, Triagem e Avaliação Especializada do Desenvolvimento Infantil a partir dos referenciais da Caderneta de Saúde da Criança e da Pediatria do Desenvolvimento e do Comportamento".

Marco regulatório do saneamento básico

Hoje, quarta-feira (12), às 19 horas, o presidente da Cagece, Neuri Freitas, participa, juntamente com outros gestores de órgãos estaduais de saneamento, de uma discussão acerca dos impactos do novo marco regulatório do saneamento básico no Estado. Realizado pela Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce), em parceria com a TV Ceará, o debate será transmitido ao vivo pela emissora.

Mais informações de Macário Batista:
e-mail: macariobatista@uol.com.br

macariobatista.blogspot.com

Onda contra Lava Jato no STF contrasta com apoio no auge

Os embates recentes entre a Lava Jato e Augusto Aras têm reforçado a tendência de isolamento e perspectiva negativa para o futuro da operação

A operação Lava Jato, se antes encontrava decisões favoráveis no Supremo Tribunal Federal (STF), hoje tem na mais alta corte do País um empecilho. Desde 2019, as autoridades da operação têm sofrido uma sequência que parece interminável de reverses no Supremo, com revisão de julgamentos, retirada de casos sob sua responsabilidade e a decisão que barrou a prisão de condenados em segunda instância, como é o caso do ex-presidente Lula.

O mais recente movimento nessa direção foi a decisão da terça-feira passada (4) que tirou trechos da delação do ex-ministro Antonio Palocci de um dos processos contra Lula em Curitiba. Na sessão, na Segunda Turma da corte, os Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski disseram abertamente considerar que o ex-juiz Sergio Moro foi parcial e agiu politicamente quando esteve à frente da ação contra o petista.

Nem sempre foi assim. Em seus primeiros anos, a Lava Jato pôde contar majoritariamente com o respaldo da corte em suas atividades, procedimentos e decisões, a exemplo de quando, em agosto de 2015, uma sessão da mesma Segunda Turma para julgar o pedido de habeas corpus de um lobista preso por ordem de Moro foi marcada por declarações de espanto com a profundidade dos crimes que estavam sendo revelados. "Se nós tivéssemos que retomar um julgamento como aquele do mensalão, talvez devêssemos mandá-lo para as pequenas causas, diante da dimensão deste episódio", disse na sessão Gilmar Mendes, hoje um dos mais ácidos críticos dos trabalhos de Curitiba. O argumento da defesa, de que a prisão visava forçar confissões, foi rejeitado pelo placar de 4 a 0. O preso, Fernando



FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEROM / AGENCIA BRASIL

Em sessão recente, ministros da Corte disseram abertamente considerar que Sergio Moro foi parcial e agiu politicamente

Soares, virou delator pouco tempo depois.

Naquele que até hoje é o mais polêmico gesto de autoridades da operação, a divulgação por Sergio Moro de áudios de conversas da então presidente Dilma Rousseff com Lula, em 2016, a resposta institucional do Supremo foi uma mera repreensão em ofício pelo ministro Teori Zavascki, então relator da operação na corte. Gilmar também usou trechos das conversas para embasar sua decisão liminar de suspender a posse de Lula na Casa Civil do governo Dilma, o que enfraqueceu ainda mais a então presidente, afastada do poder dois meses depois.

A extensão dos esquemas de corrupção revelados na Petrobras, com suas cifras

astronômicas, ajudava a criar um clima pró-Lava Jato, que se refletia no tribunal. As investigações no país viviam sob o espectro de duas grandes operações anuladas com a chancela das cortes superiores, a Castelo de Areia, que também mirava elos políticos de uma das maiores empreiteiras do país, a Camargo Corrêa, e a Satiagraha.

Não ter o mesmo destino já podia ser considerado uma vitória para os procuradores de Curitiba e seus apoiadores, que temiam uma interferência política para podar a operação. E não sem motivo: em 2019, por exemplo, foram revelados emails de Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira, articulando conversas com diversos atores políticos, do

PSDB ao PT e MDB, para pedir um freio no ritmo da Lava Jato em 2014 e 2015.

Mudança

O ano de 2017, que começou com morte de Teori Zavascki em acidente aéreo, parece ter marcado uma mudança de ares. Alguns episódios alimentaram críticas sobre os efeitos do "lavajatismo" sobre a Justiça, como a tumultuada delação da JBS, fechada pelo então procurador-geral Rodrigo Janot, e as controversas operações Carne Fraca (contra frigoríficos) e Uvidos Moucos (que prendeu o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, que posteriormente se suicidou), ambas comandadas por delegados com serviços prestados ao time de Curitiba.

Em 2018, houve a primeira grande derrota no Supremo, com a proibição pela corte das conduções coercitivas (quando um suspeito era levado para depor), uma das marcas da Lava Jato. Também naquele ano, a ida de Moro para a equipe de Jair Bolsonaro acabou abalando a credibilidade da operação. No ano passado, o Supremo decidiu enviar para a Justiça Eleitoral casos de corrupção com conexões com crimes eleitorais, esvaziando os trabalhos da força-tarefa, e criou um novo entendimento sobre a ordem de fala de delatores e delatados, pondo em risco de revisão sentenças expedidas anos atrás.

As rusgas recentes entre a força-tarefa de Curitiba e o procurador-geral Augusto Aras, chefe do Ministério Público Federal, reforçaram a propensão ao isolamento e a perspectiva negativa para os próximos passos da operação que chegou a pautar a agenda do Judiciário do país.

MAIS CONTEÚDO ACESSAR
www.estadoce.com.br

Nova regra limita tempo de TV de partidos nanicos nas eleições deste ano

Ao menos dez partidos políticos irão ficar de fora da partilha do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão nas eleições municipais deste ano. Desde a publicação da Constituição, em 1988, é a primeira vez que haverá legendas de fora desse bolo da propaganda eleitoral. Até as últimas eleições, 10% do tempo total da propaganda eram distribuídos igualmente entre todas as legendas. Partidos nanicos, por exemplo, conseguiram em 2018 ao menos anunciar suas candidaturas principais em cerca de dez segundos.

O TSE ainda não divulgou a tabela da divisão do tempo de propaganda, o que será feito depois das apresentações das candidaturas, marcadas para o dia 26 de setembro, mas partidos como Rede e PRTB desconsideraram até mesmo a impossibilidade de ter direito às inserções nos intervalos comerciais em suas estratégias para as eleições de 2020. A exclusão ocorrerá

por causa da reforma política de 2017, quando uma emenda constitucional estabeleceu uma cláusula de barreira para o acesso a recursos do fundo partidário e também para o tempo da propaganda eleitoral, que neste ano está programada para começar no final de setembro.

A resolução diz que terão acesso aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na TV "os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 1,5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas". A emenda prevê inclusive progressão da restrição. Em 2030, partidos que não tiverem atingido 3% dos votos válidos para a eleição de deputados federais ficarão, no pleito seguinte, sem direito a tempo de rádio e TV na propaganda eleitoral gratuita.

Seguro-desemprego: Câmara acumula projetos ampliando duração durante a pandemia

Pelo menos 40 projetos de lei que tratam do seguro-desemprego foram apresentados à Câmara dos Deputados após o reconhecimento pelo Congresso Nacional, no último mês de março, do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19 no Brasil. Boa parte dessas propostas tramitando hoje pretende prolongar o benefício durante a pandemia, com outras facilitando sua concessão ou garantindo o direito para quem tiver o contrato de trabalho suspenso e para microempreendedores e empregados domésticos. Outras ainda criam um seguro extraordinário para os casos de emergência pública.

Muitas das proposições alteram a Lei do Seguro-Desemprego. Outras delas modificam a Lei 13.979/20, que trata do enfrentamento da covid-19 no Brasil. Todos os textos ainda aguardam a análise dos deputados.

Entre seus objetivos, o programa do seguro-desem-

prego busca promover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa e auxiliá-lo na busca de uma nova ocupação. Atualmente, o benefício, que não deve ser menor que o salário mínimo, pode ser pago em três, quatro ou cinco parcelas mensais, dependendo do tempo que o trabalhador permaneceu no emprego.

Entre os projetos de lei que prolongam o benefício, o de número 3.618/20 permite que o trabalhador demitido receba até sete parcelas do seguro durante a pandemia e nos seis meses subsequentes. Conforme o texto, a União arcará com as despesas decorrentes das novas parcelas, e o pagamento deverá ser operacionalizado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A proposta é de autoria conjunta do deputado federal Bohn Gass (PT) e de outros parlamentares da casa. (Com informações da Agência Câmara de Notícias)